



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 04 de fevereiro de 2015

N.º 03/2015

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e dois minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, André Valente Martins, e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar doente, não tendo sido substituída.

O Sr. Vereador Fernando Jorge de Oliveira Paulino, em substituição do Sr. Vereador João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Administração Geral, Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes.

### **A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador André Valente Martins, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Manuel Joaquim Pisco Lopes, no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

#### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Há um dia que é particularmente sensível aos presentes, o Dia Mundial de Luta Contra o Cancro, hoje assinalado com um conjunto de iniciativas um pouco

por todo o País. Cada vez mais os municípios, e também o de Setúbal, têm vindo a dar nota destas preocupações desenvolvendo e também apoiando as mais diferentes iniciativas, quer por iniciativa própria quer por parceria com instituições que nos solicitam apoio. Este é um problema que a todos afeta ou pode afetar e nunca é demais assinalar e falar desta circunstância. Importa desfazer o mito de que o cancro é apenas um problema de saúde, há implicações do ponto de vista social e económico, e, nesta circunstância, é claro que os municípios não podem deixar de estar atentos a esta problemática. Importa também desfazer o mito de que este é um problema dos países empobrecidos ou subdesenvolvidos, é de facto uma epidemia global e também está relacionado com novos problemas que não escolhem idades ou condição social, e que a todos deve acolher a sensibilidade. É neste sentido que daqui também deixamos um alerta para que o Governo Português seja mais atento e sensível, através das suas iniciativas e das suas políticas e programas globais, e possa proporcionar quer em termos regionais quer nacionais, que deve ser um papel de grande relevância, nomeadamente na política de prevenção e sensibilização nesta matéria. É assim que deixo assinalado o dia 4 que foi consagrado, em termos de cimeira mundial, em fevereiro de 2000.

De reunião para reunião não consigo deixar de trazer sempre um tema que a bancada da CDU tem vindo ao longo deste mandato a alertar, infelizmente. Creio que na penúltima reunião de Câmara e a propósito do caos nas urgências, o Sr. Vereador Manuel Pisco na sua intervenção fez um alerta no que diz respeito às urgências em termos do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente na área da Grande Lisboa, com acontecimentos, quer no Hospital de São Bernardo, quer no Garcia de Orta, deixando ao Sr. Ministro esta "aragem" de que estaria a oposição, em concreto desta Câmara e da CDU, a imputar responsabilidades por alguns dos acontecimentos mais dramáticos que aconteceram na sequência desses episódios. Poderíamos com as nossas afirmações daquilo que é o resultado da negligente política do Governo sobre matéria do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente a ausência de Recursos Humanos, meios de diagnóstico, etc., imputar e ter aqui uma responsabilidade de causa e efeito sobre as consequências de algumas das situações? Ora se sobre essa matéria ficou no ar esta circunstância, infelizmente o tema que trago hoje uma vez mais e que é resultado da ausência de uma efetiva política de investimento do Serviço Nacional de Saúde, em particular deste governo e deste ministro, trata-se com uma notícia que certamente hoje a todos abalou e não pode deixar ninguém indiferente com a morte de uma doente de 51 anos que morre à espera de medicamentos inovadores para a Hepatite C. É uma notícia arrepiante que não pode deixar indiferente os governantes do País, uma notícia que resulta de negligência numa pessoa que esteve, em 2014, sete vezes no Hospital Egas Moniz com vários internamentos prolongados devido a cirrose e que resultou no agravamento da infeção pelo vírus que atinge o fígado. O próprio Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental confirmou que a doente era seguida há nove anos no serviço de gastroenterologia e garante que desde 2008 que propuseram os medicamentos convencionais para esta doença. É com grande preocupação que vemos como é que alguns dos utentes do Serviço Nacional de Saúde que padecem de doenças crónicas, como é o caso da Hepatite C que são tratados, e neste caso concreto trata-se de negligência.

Creio que mesmo hoje os Srs. e as Sras. Vereadoras terão tido oportunidade de ouvir as notícias na comunicação social sobre uma manifestação de utentes do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente de doentes que padecem de Hepatite C e seus familiares, inclusive com o filho desta senhora que faleceu, e muitos outros que aguardam por este medicamento e que em frente da Assembleia da República manifestaram a sua indignação por esta circunstância. Trago esta notícia, porque vem na sequência de outras questões que temos levantado e que são fundamentalmente a questão central da delapidação do Serviço Nacional de Saúde e da total desresponsabilização do Estado, do Ministério da Saúde e deste ministro, que, começou por dizer no início do seu mandato que fazíamos demasiados transplantes e que provavelmente ter-se-iam de equacionar em termos de racionalização as prioridades. Ora nem mais nem menos e passados três anos continuamos a ver que o Sr. Ministro se rege, em termos de medidas políticas, por fatores meramente economicistas, onde as pessoas não

deixam de ser instrumentos para a contabilização das boas contas do ministério em detrimento daquilo que deve ser a preocupação com a saúde dos concidadãos.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Estas questões que o Sr. Vereador Pedro Pina trouxe são as duas muito pertinentes e importantes e merecem da parte de todos nós uma grande reflexão. A primeira é a do Dia Mundial Contra o Cancro e é transversal, e a outra é a do Serviço Nacional de Saúde em Portugal. Qualquer morte que possa acontecer é para cada um de nós uma calamidade e com isso não podemos nunca ficar satisfeitos. Temos de compreender a dor de quem perde os seus entes queridos e familiares, e isso nunca podemos esquecer. Isso é uma das principais funções e prioridades que o Estado deve ter, seja ele o estado ou governo liderado por qualquer partido ou coligação. Todos nós devemos e temos a obrigação de fazer e apostar nisto, independentemente de os serviços serem prestados por privados ou diretamente pelo setor público. Neste caso compreendo, e a posição política não podia ser outra por parte do Sr. Vereador Pedro Pina, e independentemente da preocupação que já referi. Já aqui falámos várias vezes sobre esta matéria, e também entendo que algumas coisas podem e devem ser mudadas, mas não faço as críticas da mesma forma que o Sr. Vereador e o Partido Comunista as colocam, é normal. O que de facto este governo fez, no início do seu mandato, foi de alguma forma ajudar a salvar um setor importantíssimo da atividade do Estado e da Saúde que estava de facto a entrar num buraco sem fundo, era o que se estava a passar em termos orçamentais e que era muito importante conter e racionalizar. Nós sabemos que o setor da saúde até há bem pouco tempo pagava tudo o que era táxis, bombeiros, e sabemos o que era o caos no setor da saúde. Dei uma vez um exemplo de uma parte que ainda não está a correr bem, porque muitas das despesas que muitos setores de atividade ligados à atividade pública são imputados à saúde e não deveriam sê-lo. Na penúltima reunião de Câmara disse que nos doentes que têm alta não há razão nenhuma para ser o Serviço Nacional de Saúde a arcar com os encargos. Isto foi um esforço muito grande que deu alguns resultados, como noutros ministérios, mas este era o que nos afetava mais e temos uma grande responsabilidade. Este ministro pode não ter feito tudo bem, mas fez muitas coisas bem, como o seu sentido de responsabilidade. Aquilo que decide pode decidir mal, mas é com a melhor das intenções e procurando resolver problemas, reconhecendo que o que faz é procurar a melhor solução e tendo em conta os meios disponíveis.

Não posso aceitar, na outra ocasião, e penso que foi o Sr. Vereador Manuel Pisco mas não tenho a certeza, que, de alguma maneira imputou diretamente que era os tempos de espera que tinham levado a que as pessoas tivessem falecido. Penso que não podemos ir por esse caminho, e também aqui neste caso que é agora referido pelo Sr. Vereador Pedro Pina. Não estou a dizer que as notícias não são verdadeiras, mas é importante percebermos o que é que dali podemos retirar, e no geral é que temos de ter mais empenho, mais meios, é verdade, mas não podemos dizer isto sem estar nos inquéritos que nestas questões devem ser abertos e que terão as suas conclusões, com certeza. Quando os inquéritos tiverem as conclusões então os responsáveis devem ser responsabilizados. Se neste caso isso aconteceu, assim como em todos, então a responsabilidade tem de ser assumida.

Há muita coisa a fazer e há algumas das medidas que entendo que com menos encargos o Estado pode fazer melhor, mas também muita coisa foi feita. Não digo que foi isto que o Sr. Vereador Pedro Pina fez, mas o setor da saúde não deve ser de jogo político, este deve ser o setor em que temos a obrigação de ter mais atenção na nossa atividade política, tanto a nível nacional e enquanto autarcas temos de ter isto como uma grande prioridade.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Em termos “sarcásticos” permitam-me que diga que esta intervenção do Sr. Vereador Luís Rodrigues fez-me lembrar o tom daquilo que foi hoje o cumprimento que o Sr. Juncker e o novo presidente do governo grego tiveram, bajulando-se e “beijando-se”, mas relativamente a esta matéria não vamos tratar com a mesma harmonia, e independentemente da boa diplomacia que gerem as regras democráticas. Creio que o Sr. Vereador Luís Rodrigues desenhou um quadro muito simpático e muito interessante daquilo que não é a realidade que afeta o Serviço Nacional de Saúde. O Sr. Vereador quis aqui

colocar, num tom muito interessante, aquilo que têm sido as políticas seguidas por este governo e em particular por este ministro. Creio que não há hoje ninguém, desde organizações profissionais e como bem sabemos algumas delas que têm pela sua génese lógicas bem corporativas, e até pelas suas próprias características, intervenientes, que, pela sua filiação partidária estão bastante distantes quer do Partido Comunista quer de outras forças que se possam considerar progressistas, alguns deles militantes do Partido Social Democrata. Diferentes administradores de centros hospitalares que foram nomeados pelo Sr. Ministro que hoje vêm publicamente, pelas mais diferentes formas, evidenciar a política catastrófica do Governo. O Sr. Vereador diz que o Sr. Ministro da Saúde salvou o Serviço Nacional de Saúde quando temos, e independentemente das causas, pessoas a sofrer horas a fio nos centros hospitalares e utentes que não têm acesso aos centros de saúde, porque foram encerrados.

A notícia que aqui traduzi não se trata de uma utilização política, não faz parte da minha forma de estar na política nem da CDU retirar dividendos. Isto é uma questão objetiva e claramente económica e posso passar a ler o texto que é público: *“até agora em Portugal tem estado a ser tratados com os fármacos inovadores apenas os casos de risco eminentes de vida, de acordo com os critérios definidos pelo Infarmed com um conjunto de peritos que abrangem casos de falência hepática ou de cirrose avançada. A SOS Hepatites, associação que representa os doentes tem denunciado que os medicamentos são negados mesmo a quem está em risco de vida”*.

Este era o caso desta pessoa e é disto que estamos a falar, isto não é um aproveitamento político, isto é um caso efetivo que centenas de pessoas que hoje em frente à Assembleia da República denunciaram e que são resultado das políticas deste governo. Isto não é um aproveitamento político, é denunciar aquilo que é uma evidência na forma castradora, altamente condicionadora, e uma forma de olhar para a saúde numa perspetiva economicista. Se há matéria onde o Estado não se deve poupar, porque o interesse superior da vida das pessoas deve estar acima de tudo, independentemente dos custos que daí advenham, é na área da saúde. Nós não podemos bater palmas e aplaudir de pé! O Sr. Vereador diz que o Sr. Ministro da Saúde reduziu em termos de défice e que hoje em dia já temos uma folga bastante simpática, quando continuamos a ter pessoas nestas condições, sem acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Todos bem sabemos quais foram os negócios que foram entretanto sendo estabelecidos entre o Sr. Ministro da Saúde, o seu ministério e os diferentes centros, e os serviços de saúde privados que foram enchendo os bolsos a prestar os mesmos serviços. Aquilo que claramente fez foi pôr em causa o acesso democrático àquilo que é consagrado na Constituição da República Portuguesa, e não falando na sua origem, mas no que é o seu texto e que diz que é um serviço de saúde tendencialmente gratuito. Ora aquilo a que assistimos é que do ponto de vista quer dos meios de diagnóstico quer do acesso aos serviços de saúde ele não é tendencialmente gratuito hoje em dia e mesmo no que diz respeito às taxas moderadoras, e não é por acaso que o Sr. Ministro e o seu governo vieram recentemente a praça pública falar disto. O próprio Partido Socialista quis tomar uma iniciativa recentemente tendo tido até uma postura híbrida quanto às taxas moderadoras, e o seu secretário-geral veio propor uma situação de exceção que inviabiliza, nas circunstâncias em que estamos a viver e nomeadamente com os chamados picos de situação crítica de doença, a isenção das taxas moderadoras.

Este é o panorama com o qual nos estamos a debater e isto não é uma circunstância para utilização política ou para “brindarmos em interesse”, é uma circunstância em que o Governo deve refletir e que a todos deve preocupar, e com a qual não podemos pactuar de maneira nenhuma, porque é da vida das pessoas que se trata. E não podemos, em nome de critérios economicistas e de critérios que não conseguimos perceber e que podem meter e metem em causa a condição essencial de um país. Por esta razão trago esta matéria quando ela é pública e quando a denúncia nem sequer faz parte da exclusiva intencionalidade de querer retirar aproveitamentos, e nem acontece por parte da família. É uma denúncia do próprio hospital, do Centro Hospitalar Egas Moniz, do seu administrador e de um conjunto de intervenientes nesta matéria, assim como em todas as outras matérias que hoje traduzem um grande consenso na

sociedade, nomeadamente de todos os profissionais, médicos, enfermeiros, gestores e utentes, relativamente àquilo que tem sido a política deste governo em matéria de saúde.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Saiu uma notícia sobre o Forte de Albarquel e a sua reabilitação. Sabemos que a Câmara Municipal de Setúbal desde há muitos anos estava a tentar junto do Ministério da Defesa obter a cedência daquele forte, colocando-se mesmo a hipótese de compra para se poder fazer a sua reabilitação, havendo também um mecenas interessado nisso. Esse processo finalmente chegou “a bom porto” e em vez da venda que chegou a estar em cima da mesa para se comprar o forte afinal foi entregue gratuitamente à Câmara para se fazer a sua recuperação e o seu uso durante 32 anos, prorrogáveis. Isto corresponde ao tempo útil entre a divisão dos anos e o investimento feito, tendo em conta que havia uma renda teórica estabelecida. Foi um processo longo e difícil, mas chegou a bom porto e tem um mecenas, Helen Hamlyn, que vai garantir o investimento de cerca de 2 milhões para se fazer a sua reabilitação. É uma surpresa interessante verificar que no jornal “O Setubalense” do passado dia 30 de janeiro saiu um artigo de opinião assinado por Costa Ferreira, vereador substituto nesta Câmara, com um texto completamente inenarrável. Coloca a questão exatamente ao contrário e diz que o Governo benemeritamente entregou o forte à Câmara, como se não se tivesse feito um esforço tremendo durante anos e anos para recuperar o forte. Diz ele que a Câmara agora tem de assumir as suas responsabilidades e como há fundos comunitários tem de os ir buscar para reabilitar o forte. Há aqui uma dose de ignorância tremenda em todo o histórico deste processo e até naquilo que toda a gente sabe e que saiu no mesmo jornal onde ele escreveu isto. Há má-fé na abordagem do assunto.

Não podia deixar passar esta matéria, porque é uma notícia de grande relevância para Setúbal e não tem nada a ver com o caráter bondoso deste ou daquele, nem tem a ver com alguém vir pressionar a Câmara para fazer aquele trabalho. É uma luta muito grande da Câmara e do ponto de vista financeiro a cobertura daquela reabilitação é de Lady Hamlyn e isto tem de ficar muito claro, pois o seu a seu dono e cada um tem de ser referenciado na medida em que desempenha funções relevantes para o Município. Isto porque os leitores do jornal “O Setubalense” que leram aquele artigo ficaram muito baralhados face às notícias que são veiculadas e que são verdadeiras sobre o desenvolvimento do processo do Forte de Albarquel.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Relativamente à matéria que tem sido discutida e que há várias reuniões tem sido trazida pelo Sr. Vereador Pedro Pina é efetivamente uma matéria que está na atual agenda política e social. No Partido Socialista temos posições claras relativamente a estas questões e não híbridas em relação ao Serviço Nacional de Saúde e à sua defesa. Não queremos entrar em alarmismos, mas também entendemos que a discussão destas matérias não pode ser objeto por parte do Governo de se dizer que não se pode falar das questões tal como têm sido postas, porque senão a população fica alarmada. As questões podem ser discutidas, porque os números são óbvios e estão na ordem do dia e tem havido casos mais recentes do que esta morte por falta de um medicamento e que veio hoje na comunicação social. Este caso é um deles. O corte e o desinvestimento que tem sido feito na área da saúde é uma coisa que obviamente nos preocupa, porque isto vem contra a perspetiva que temos do Serviço Nacional de Saúde e da saúde para todos. Tendencialmente gratuita e sabemos que foi uma medida introduzida com as taxas moderadoras que nós entendemos que neste pico de gripe deviam ser isentas as pessoas com baixo rendimentos. Essa proposta não foi aceite pelo Governo e nós vemos que infelizmente estão à vista as situações que vêm na comunicação social e que muito nos preocupam. Entendemos que devemos voltar a esta questão numa discussão mais localizada e que tenha mais a ver com o Concelho. Vale a pena abordarmos na perspetiva de autarcas do concelho de Setúbal aquilo que nos deve preocupar e que tem a ver com o encerramento dos centros de saúde, a falta de clínicos, e algumas especialidades que não existem. As populações efetivamente têm queixas, e nós, em função das responsabilidades que temos enquanto eleitos locais temos de nos debruçar sobre isto. Embora a discussão a nível nacional seja politicamente interessante, não temos “asas nas costas” e não somos “anjinhos”, mas é importante que se faça. A leitura pode ser feita da forma

Beza  
FW

que fez o Sr. Vereador Luís Rodrigues, mas é importante que se faça e estamos disponíveis para discutir esta matéria. O Serviço Nacional de Saúde é uma questão cara ao Partido Socialista, somos “o pai” do SNS e temos responsabilidades acrescidas na sua implementação e defesa e não queremos que seja desfragmentado como tem sido feito por este governo. Relativamente a esta matéria não haverá muito mais a dizer a não ser relatar casos que vêm na comunicação social e que são do conhecimento público. Obviamente que esta questão do Infarmed e dos medicamentos e o seu acesso por parte de doentes é importante, mas não me parece que as nossas posições aqui tenham um impacto relevante para a matéria, embora seja nossa obrigação abordá-las e sermos sensíveis.

Relativamente ao Dia Mundial de Luta Contra o Cancro, que se comemora hoje, obviamente que nos associamos, porque é a segunda causa de morte em Portugal e estima-se que 20 mil portugueses venham a morrer de cancro durante este ano. É uma questão sobre a qual obviamente nos devemos debruçar, discutir e pensar, isto toca a todos e devemos estar sensíveis.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Penso que é importante esta nota do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, porque de facto independentemente do que se pode escrever ou dizer é um grande benefício para a cidade e concelho de Setúbal esta questão do Forte de Albarquel e foi este governo que tomou essa decisão. Os contactos podem ter sido feitos com vários governos, mas foi este, e muito bem, que tomou a decisão da concessão por 32 anos à Câmara Municipal. A Câmara fez os seus esforços, e muito bem, fez o que devia e este governo também fez o que devia, estão os dois no bom caminho. Estaremos ainda melhor quando as obras forem apoiadas, e muito bem, pelo mecenato. A população de Setúbal vai ganhar com o esforço que a Câmara fez junto dos vários governos para conseguir este equipamento e o Governo também está de parabéns porque cabe à Câmara a gestão do espaço durante 32 anos.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Só souberam pela comunicação social que havia duas mecenatas que iriam apoiar a recuperação daquele espaço e foi pena que a Sra. Presidente na última reunião não tivesse dado essa notícia ao eleitos, porque teria sido se calhar uma posição mais correta. Ficamos satisfeitos que isso tenha acontecido.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – O Sr. Vereador Luís Rodrigues voltou a fazer o papel do “Sr. Contente”, é uma coisa que faz aqui muitas vezes. Para completar o papel devia talvez falar com o Sr. Costa Ferreira e dizer-lhe: “olha olá que aquilo não é bem assim como escreveste, conta antes a história tal como ela é”.

**Sr. Vice-Presidente** – Os temas foram só dois, mas justificam as intervenções que aqui foram feitas. Queria apenas ajudar num esclarecimento relativamente à questão que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal aqui colocou sobre o Forte de Albarquel.

É verdade que a Câmara desde há alguns anos vinha desenvolvendo esforços no sentido de encontrar uma solução que lhe permitisse, e sobretudo à população de Setúbal, de beneficiar daquele património que está ao abandono. Isto ao contrário daquilo que o Sr. Vereador Luís Rodrigues aqui colocou com os “parabéns a todos”, porque na verdade há aqui algumas diferenças. Tenho o entendimento de que em património de tão grande valor, histórico e cultural, como é o Forte de Albarquel ou o Convento de Jesus, deveria caber ao Estado investir na sua recuperação. Na impossibilidade de gerir esse património deve entregá-lo para boa gestão, designadamente às entidades locais e na falta de regionais.

Podem dizer que não há dinheiro para isto tudo, mas então que se faça uma priorização, que se identifique património e que se faça uma seleção com prioridades relativamente a um programa de recuperação. O que tem vindo a acontecer no País, de o património estar completamente ao abandono e em processo de degradação, significa que a sua recuperação conforme o tempo se vai passando vai custando mais dinheiro, e naturalmente que estaremos todos de acordo em que é importante recuperar esse património. O que efetivamente a Câmara

Ass.  
M.

tem vindo a fazer nestes últimos anos é de facto fazer todos os esforços para que o património que está ao abandono e que é de referência poder vir a ser utilizado pela população de Setúbal e assim ser uma referência e ter uma atractibilidade. Isto designadamente na Área Metropolitana de Lisboa para que seja uma referência com efeitos no próprio desenvolvimento económico do Concelho. Os exemplos são muitos, temos o Quartel do 11, o Banco de Portugal, e o Convento de Jesus, que infelizmente é uma coisa que deve ficar para a História de como é que um Estado, e sem dizer que é o governo A, B ou C, porque de facto sucessivos governos têm responsabilidades agravadas relativamente à situação a que chegou. Sendo património nacional naturalmente que nem merece maiores considerações sobre a questão que aqui está colocada. Agora avançamos para o Forte de Albarquel e provavelmente outras situações virão a acontecer porque o Estado continua a entender que a melhor forma de fazer é deixar ao abandono ou então fazer negócios com esse património. A responsabilidade destas situações cabe ao Estado e a quem o representa ao longo dos anos. Infelizmente por um lado e felizmente por outro que há municípios que assumem as responsabilidades e que se substituem a quem tinha a obrigação de zelar por este património. Não é, portanto, “estamos todos de parabéns”, é necessário que as coisas sejam expostas para que se perceba as responsabilidades de cada um. Há responsabilidades que são diferentes e é preciso assinalar essas diferenças. Foi a Câmara Municipal que ao longo dos anos desenvolveu esforços para que aquele património lhe pudesse ser cedido e também foi esta que junto de quem se manifesta interessado também desenvolveu a iniciativa de ver se encontrava quem pudesse investir na sua recuperação. A questão que aqui acho interessante é a de afirmar que a Câmara Municipal como entidade pública desenvolveu esforços e manifestou a sua disponibilidade para gerir aquele património, naturalmente com os custos que estão associados, sabendo nós que com património daquele a sua manutenção e gestão terá custos significativos. A Câmara disponibiliza-se, à partida, para isso, e por outro lado encontra um mecenas para fazer a recuperação, e o Estado, ou quem o representa, entendeu limitar a concessão a 32 anos, porque fez umas contas e diz que o investimento tem um valor “x” e este valor dá para pagar uma renda que avaliam para estes anos e “nem mais um dia”. Vejam bem “como isto é visto”, há uma autarquia, uma entidade pública que se disponibiliza para fazer a manutenção e ter aquele património para uso da população e depois ainda se lhe diz que nem mais um dia, porque os 32 anos é o valor que corresponde à rentabilização do património. Isto só é possível usar, porque alguém fez os investimentos e não é quem fez as contas tendo em conta uma renda. Isto poderá querer dizer que ao fim de 32 anos o Estado, ou quem o representa, prepara-se para cobrar uma renda a uma entidade, pública ou privada, que queira utilizar aquele património. Não é esta a forma como vejo a gestão e o usufruto do património do Estado.

Não é como o Sr. Vereador Luís Rodrigues diz “estamos todos de parabéns e vamos em frente”, há diferenças significativas na forma como cada um se posiciona relativamente a um património que é de todos. Estamos a falar de entidades públicas e a quem se deveria reconhecer importância, e no caso é o do papel dos municípios na defesa, manutenção e perpetuação de um património valorizado ao longo dos tempos. Isso é que é a riqueza do País e também se faz por aqui, mas não é essa a visão que quem neste momento representa o Estado tem sobre esta matéria.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Pergunto, por aquilo que se depreende das palavras do Sr. Vice-Presidente, se o que foi feito é uma coisa má e se Setúbal aparentemente fica prejudicada e não quer isto. Penso que não se deve depreender isto, mas “pobre e mal-agradecido” é que não, temos de ser sérios em todos os pontos de vista. Foi uma boa iniciativa e é evidente que a Câmara Municipal de Setúbal também teve mérito, e disse-o, sobre o esforço feito durante todos estes anos e falei na questão do mecenato, e por isso não disse nada de diferente, dissemos a mesma coisa, mas temos é de facto atitudes diferentes. Se a maioria entende que isto é um mau negócio pode não aceitar, mas acho que é um bom negócio para a Câmara.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Isto parece uma não-questão, mas porque quiseram alimentá-la também queria dar a opinião do Partido Socialista. Aparentemente, no dia da assinatura do protocolo, e pelo que vi estavam todos de parabéns, o Governo, a Câmara, etc., mas o discurso do Sr. Vice-Presidente agora foi ligeiramente diferente e muito mais crítico até da forma como a transferência se realizou. Por aquilo que percebi, ou pelo menos foi a interpretação que fiz, é que a Câmara se sente de alguma forma lesada, porque vai fazer lá um investimento, direta ou indiretamente, e o Governo decretou e avaliou que o investimento daria uma renda de 32 anos. Acho que a leitura está errada, não me parece que seja isso. Na ânsia de se tentar tirar o protagonismo de quem cedeu, entraram em conflito numa situação que é extremamente positiva para a cidade. Na minha perspetiva, até como arquiteto, a questão do forte não é a mais importante para a cidade, mas sim o acesso e o prolongamento da cidade que cresce até à Praia de Albarquel. A possibilidade de a cidade poder fazer uma ligação franca pedonal com qualidade até à Praia de Albarquel é o maior ganho. O forte é importante e não estou a querer desvalorizar, mas o usufruto de uma praia num raio de um quilómetro ou menos em que é possível efetuar a pé e sem a utilização de transportes é o que valorizo mais em relação a este projeto. Esta era uma situação que estava no “defunto” Polis de Setúbal, mas numa solução diferente, a de ligar através de um passadiço marítimo que depois não foi concretizado. Era uma das obras que devia ser considerada prioritária e por dar dimensão à cidade.

A Câmara fez bem, isto tem um histórico que remonta aos anos de 1970 e é uma ambição longa, e isto foi dito na reunião em que discutimos esta proposta. Vários executivos tentaram a transferência daquele património para a Câmara, ainda bem que esta conseguiu e está de parabéns. Este governo cedeu o espaço por 32 anos e ainda bem, e é de esperar agora que saia um projeto de qualidade. Aquela intervenção no PUA, no âmbito do Polis de Setúbal, foi muito feliz. Houve três intervenções, o Largo José Afonso, a Avenida Luísa Todi e o PUA, e todas as pessoas são unânimes a dizer que esta última foi a intervenção que melhor serve a cidade. As outras duas ficaram muito aquém daquilo que eram os objetivos iniciais.

Esta é uma oportunidade muito grande que a cidade tem de ganhar dimensão e qualidade e poder usufruir sem dúvida de um espaço numa evolução estratégica que queremos na área do turismo e na de devolver a cidade ao rio. Acho que é algo que nos programas de todos os partidos estava bem latente, devolver e virar a cidade para o rio e para isso sem dúvida nenhuma este projeto pode contribuir, não com o forte em si mas com o facto de a margem norte do Sado – já que para mim não há outra margem – ter uma oportunidade de poder consolidar-se pelo acesso à praia.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – As questões têm de facto importância. Subscrevo inteiramente e conscientemente, e todos estão em condições de subscrever a intervenção que o Sr. Vice-Presidente fez. Ele fez a apreciação do que devia ser – e não é – a gestão do património do Estado quando é posto ao serviço da população e não de negócios privados. Infelizmente isso é criticável para este governo e para anteriores, todos os que só colocam o património do Estado ao serviço do bem público quando uma autarquia paga os custos. Ou a compra, como foi o caso do Quartel do 11, e para uma obra para outra entidade pública lhe dar uso público, ou como neste caso e que também tem custos. Não há surpresas, a Sra. Presidente na última reunião de Câmara elogiou o facto de com este governo se ter possibilitado resolver aquela questão, portanto as pressões que o Município vinha fazendo desde há alguns anos deram resultado agora com este governo e foi-lhe reconhecido o mérito. Não vamos disputar méritos, porque o governo anterior, socialista, com a mesma lei não teve a mesma disponibilidade e com este foi possível, a Sra. Presidente reconheceu isso. O que diz o Sr. Vice-Presidente é inteiramente verdade e não vamos ocultar o benefício para a população da utilização do equipamento, mas é preciso, uma vez mais, custar dinheiro à Câmara. Assinámos na última reunião o protocolo para a cedência disto e não dizia lá que há um terceiro outorgante, diz que o Município é o segundo outorgante e em três anos tem de investir 1 milhão e 800 mil euros para a recuperação e imputa-se ao Município o custo da recuperação daquele património do Estado que volta à propriedade deste no final do período de concessão.



Reparta-se o milhão e 800 mil euros pelos 32 anos e faça-se as contas, isto dá mais de 50 mil euros por ano e divida-se por doze e dá 4.800,00€ de renda por mês. Isto não é em relação a este caso em concreto, mas à lei de gestão do património do Estado que o governo anterior socialista fez e que este do PSD utiliza, à custa das câmaras. Este é um aspeto de opção e gestão política, e é criticável. O Sr. Vice-Presidente disse bem e subscrevo, para dar uso a património público e a bens do Estado é preciso que as autarquias paguem por isso, quando o património é público. Como diz no protocolo, no final do período de concessão depende de quem estiver na altura e a lei que estiver em vigor, mas neste quadro atual é devolvido ao Estado com todas as benfeitorias que lá tiverem sido feitas. Há de facto uma renda efetiva, não se tira o mérito a quem usando a lei e quer que ela fique assim, e isso é que é o criticável, têm de ser as autarquias a pagar para que sejam disponibilizadas para benefício das populações. Mas porquê as câmaras e não o seu proprietário? Esta é que é a questão, porque no contrário, quando é o Estado a utilizar património municipal o que se exige sempre é gratuidade e doação, é o terreno para a escola, para o centro de saúde, a disponibilidade do edifício seja para que uso for e tem de ir da autarquia para o Estado. Isto é que é criticável e não é a este governo só, mas também aos anteriores, é uma política injusta para as autarquias e isto é uma questão incontornável. Não fica bem a nenhum autarca de qualquer partido não reconhecer que isto não é justo, é nesse sentido que a intervenção deve ser relevada e não para disputarmos o mérito uns aos outros porque o mérito vai reverter em benefício do povo e também o que a Câmara fez substituindo-se diretamente às obrigações, deveres e às competências gerais do Estado. Acontece isto na obra do Convento de Jesus e está à vista de todos, mesmo injustamente para a autarquia e a nossa ponderação é que o benefício público que se pode retirar dessa substituição aos deveres do Estado é que vale a pena pagar porque o benefício para a população ainda vai ser maior. Não significa que abduquemos do ponto de vista de que não é correto e que não é justa esta obrigação de sobrecarregar a Autarquia com encargos que não são devidos com património que não é do Estado, quando não há nenhuma contrapartida ou reciprocidade no tratamento do património das autarquias quando é para uso do Estado. Nenhum autarca pode deixar de subscrever este ponto de vista e isto não é objeto de disputa entre nós mas entre os autarcas e o poder central.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – É uma coisa muito simples, a questão da gestão do património público e principalmente o património construído e histórico. Não tem a ver com o Forte de Albarquel, mas com uma expressão e ponto de vista aqui uma vez mais expresso pelo Sr. Vereador Manuel Pisco quanto à forma de gerir este património e que ele entende que só pode ser gerido pelo Estado. Foi o que depreendi. Não pode ser concessionado tal como as pousadas no final do último governo de Cavaco Silva. Houve um grande investimento na construção de várias pousadas em Portugal aproveitando-se o património histórico. Não foi um investimento direto do Estado e a sugestão não é direta do Estado, mas é um bom exemplo de como se pode aproveitar o património público construído. Posso ter percebido mal, mas pela intervenção percebi que o Estado é que tem sempre a obrigação de fazer a sua utilização, mas há várias formas de pôr o património histórico construído ao serviço da população. É isso que o Governo e Administração Central e também alguns privados com interesse comercial e empresarial fazem, mas podemos todos em conjunto encontrar a melhor forma de pôr esse património ao serviço de todos.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – O Sr. Vereador Luís Rodrigues que não distorça a minha intervenção, só falei na relação estado/autarquias e o Sr. Vereador deu um exemplo de estado/privados.

**Sr. Vice-Presidente** – Relativamente ao forte em si congratulámo-nos todos, até pelas manifestações aqui que já foram expressas e pelo facto de a Câmara Municipal ser gestora daquele património durante os próximos 32 anos. Sobre isso não há dúvida nenhuma, o que aqui critiquei é o entendimento, uma perspetiva genérica e geral sobre a postura do Estado ou de quem o representa e do papel determinante em que as autarquias, e não é só a de Setúbal,

ALB  
M

assumem um papel determinante nestes processos. A diferença aqui é a de que há alguns que têm a obrigação e há outros que assumem responsabilidades. São coisas bem diferentes e foi o que quis salientar. Quem tem obrigação é o Estado ou quem o representa, e quem assume responsabilidades são as autarquias pelo papel que têm desempenhado. Os exemplos são múltiplos pelo País e não só no que diz respeito ao património, basta ver as estradas nacionais que foram desclassificadas e logo as autarquias que tomem conta delas – um dia traremos essa questão. Os Srs. Vereadores acham isto coreto? É assim que se tratam os assuntos do País? Tem vindo esta câmara ao longo dos anos a assumir troços de estradas nacionais porque o que está em causa é o desenvolvimento da cidade. É por isso que a Câmara vai assumindo progressivamente responsabilidades sem que o Estado através do seu representante, no caso e para além da tutela é a Estradas de Portugal, faça os investimentos que deveria fazer para entregar nas melhores condições às autarquias as estradas ou troços que foram da sua responsabilidade durante anos, e não o faz. Nós temos vindo a assumir essa responsabilidade e a obrigação é do Estado que não o faz perante as populações e o dever que tem para com estas. É esta a diferença que quis salientar.

Relativamente à forma como decorreu este processo, e já todos o dissemos, congratulamo-nos com esta possibilidade, mas atenção que a questão de fundo permanece e quem representa o Estado deveria olhar para estas questões de uma forma diferente. Se o fizesse certamente que as regiões do País seriam mais ricas, teriam maior atractibilidade e beneficiaríamos todos disto. Não são despesas, são investimentos e são coisas completamente diferentes.

Em relação às questões que o Sr. Vereador Paulo Lopes trouxe quis desvalorizar um pouco a questão do Forte, percebe-se, mas essa visão estratégica de desenvolvimento da zona ribeirinha é uma visão e uma estratégia que tem vindo a acontecer conforme vamos “desatando os nós” que o Estado e os seus sucessivos representantes ao longo do tempo foram atando. Se ao PSD custam estas palavras naturalmente que ao PS também custam, porque têm responsabilidades ao longo de dezenas de anos na administração do Estado. Esta relação das populações com o rio e as frentes atlânticas têm sido dificuldades máximas para serem ultrapassadas com o objetivo que todos defendem, mas criar as condições e facilitar que para que essas condições aconteçam, aí é que estão as dificuldades. Temos vindo ao longo destes anos a trabalhar no sentido de conseguir que essa relação das populações com o rio na frente ribeirinha sejam uma realidade e temos vindo progressivamente a conseguir isso. A questão do Forte é uma peça importante, fundamental, mas como muito bem sabem na negociação da cedência do Forte que vai ser recuperado houve também a questão de toda uma faixa do domínio público hídrico que é cedida à Câmara, desde o Parque Urbano de Albarquel até à Praia de Albarquel. Consideramos que esta é uma vitória extremamente importante também porque conseguimos finalmente que essa possibilidade se concretize e seja uma realidade. Já existem investidores para criar as condições para que essa acessibilidade se faça. Às vezes quando se abrem “portas” logo a seguir há várias disponibilidades para que aquilo que são os objetivos se possam concretizar. Estamos todos satisfeitos e de parabéns, congratulamo-nos com tudo isto, mas acontece à custa de muita força e determinação de muitos dias, semanas, meses e alguns anos de luta, pressão, negociação e diálogo e mesmo quando estas pessoas têm entendimentos e posições políticas diferentes das que nós assumimos. A sensibilidade em reconhecer aquilo que é a estratégia do município na relação da cidade e das populações com o rio e que é determinante numa região como esta da Área Metropolitana de Lisboa e em que os obstáculos impedem as pessoas de terem acesso ao rio, de utilizar, de beneficiar de facto deste património e desta posição natural em que vivemos de facto, é lamentável.

O esforço de sensibilizar os representantes no poder é também o resultado de um trabalho que vem sendo feito. Tal como disse na última reunião estamos também num processo que ainda falta as assinaturas na possibilidade de a Praia de Albarquel passar para a gestão do Município e efetivamente virmos a ter uma praia urbana. Uma praia propriamente dita com todas as exigências que devem ser feitas a uma praia, para a população de Setúbal e os que nos visitam poderem utilizando meios não poluentes para fazer uma ligação da cidade àquele recurso natural que também precisa de investimentos e a Câmara Municipal está disponível

para fazê-los. Isso é uma estratégia que desenvolvemos e que continuaremos, e proximamente, esperamos, terá o seu final feliz.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista assumem o compromisso de interceder junto do governo do Partido Socialista que será eleito este ano e que em 2047 seja feita uma doação definitiva do Forte de Albarquel à autarquia setubalense. Esse é um compromisso que fica por nós assumido.

**Sr. Vice-Presidente** – Isto não é um “quem dá mais” ou quem oferece mais, quem cá estiver na altura há de assumir certamente essas responsabilidades em defesa dos interesses da população de Setúbal – ou da capital da margem norte do Sado. Estou certo disto, porque nós desempenhamos o papel que nos cabe e deve caber com toda a responsabilidade. A quem venha a seguir o que esperamos é que prossiga com este trabalho e objetivos. O que desejamos é que quem esteja no poder local nessa altura não tenha tantas dificuldades e não encontre tantos obstáculos como nós estamos a encontrar. Mais uma vez não estou a falar da Câmara de Setúbal, mas das autarquias do País no interior ou no litoral, porque sabemos que infelizmente acontece assim. Isto é que é uma batalha que os autarcas devem fazer e prosseguir porque a distância das realidades locais até ao Terreiro do Paço, São Bento ou outras localidades dessas são distâncias enormes. Esta é que é de facto a grande questão.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Relativamente aos votos de pesar apresentados na última reunião sobre o *designer* Niels Fischer fiz a sugestão e pedi à Sra. Presidente que fossem traduzidos em inglês e enviados ao seu irmão. Tenho conhecimento que assim não foi feito e queria saber se foi por uma questão regimental do órgão ou se foi por incapacidade dos serviços da Câmara em traduzir e enviar em inglês para esta pessoa que se exprime nesta língua.

**Sr. Vice-Presidente** – Não tenho a informação sobre a razão, mas fica registado e oportunamente o Sr. Vereador terá resposta sobre o assunto.

## **B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 7.

### **Índice**

#### **A) Período de Antes da Ordem do Dia**

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

#### **B) Período da Ordem do Dia**

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 14 de janeiro de 2015**
- 2. Deliberação n.º 34/15 - Proposta n.º 02/2015 - GAP - Aditamento ao Protocolo com a Fundação Buehler-Brockhaus.**
- 3. Deliberação n.º 35/15 - Proposta n.º 10/2015 - DAFRH/DIGEF/SECPP - Parecer prévio vinculativo para a prestação de serviços na área de pedreiro, pelo período de 24 meses.**
- 4. Deliberação n.º 36/15 - Proposta n.º 11/2015 - DAFRH/DIGEF/SECPP - Parecer prévio vinculativo para a prestação de serviços na área de arquitetura e afins para acompanhamento técnico dos projetos técnicos e obras na área de habitação social, pelo período de 24 meses.**
- 5. Deliberação n.º 37/15 - Proposta n.º 01/2015 - DOM/SMHAB - Venda de habitação - Bairro da Bela Vista (PIS) - Rua do Antigo Olival, 12 - B32.**

*Alc  
FW*

6. *Deliberação n.º 38/15 - Proposta n.º 02/2015 - DOM/SMHAB - Venda de habitação - Bairro da Brejoeira - Brejos de Azeitão - Rua do Pinhal, 25.*
  7. *Deliberação n.º 39/15 - Proposta n.º 03/2015 - DOM/SMHAB - Venda de habitação - Bairro da Bela Vista (PIS) - Avenida da Bela Vista, 16 - B31.*
  8. *Deliberação n.º 40/15 - Proposta n.º 09/2015 - DAFRH/DIRH - Processo Disciplinar N.º 04/2014/DRH/DIGAT-CM, contra Sérgio Paulo Alves dos Santos.*
  9. *Deliberação n.º 33/15 - Proposta n.º 10/2015 - DCED/DISOC - Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal.*
  10. *Deliberação n.º 41/15 - Proposta n.º 11/2015 - DCED/DIEDU - Ação Social Escolar - Livros e Material Escolar - ano letivo 2014/2015 - 2.ª fase.*
  11. *Deliberação n.º 42/15 - Proposta n.º 12/2015 - DCED/DIEDU - Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014-2015.*
  12. *Deliberação n.º 43/15 - Proposta n.º 13/2015 - DCED/DICUL - Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
  13. *Deliberação n.º 44/15 - Proposta n.º 14/2015 - DCED/DICUL - Apoio à Sociedade Filarmónica Providência - recuperação de coreto desmontável.*
- C) *Período Destinado à Intervenção do Público*

### **1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 14 de janeiro de 2015**

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Não é nenhuma questão sobre a ata em concreto, mas sobre duas coisas que pedi nessa reunião e que estão na ata, o relatório da ONDA e também o que o Sr. Vereador Pedro Pina ficou de enviar sobre os órgãos sociais desta associação.

**Sr. Vice-Presidente** – Fica registado e há de ser tido em consideração.

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

### **2. Deliberação n.º 34/15 – Proposta n.º 02/2015 – GAP – Aditamento ao Protocolo com a Fundação Buehler-Brockhaus**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 8 e 9, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 35/15 – Proposta n.º 10/2015 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Parecer prévio vinculativo para a prestação de serviços na área de pedreiro, pelo período de 24 meses**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

**4. Deliberação n.º 36/15 – Proposta n.º 11/2015 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Parecer prévio vinculativo para a prestação de serviços na área de arquitetura e afins para acompanhamento técnico dos projetos técnicos e obras na área de habitação social, pelo período de 24 meses**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Uma pequena divergência que penso que será sanada rapidamente, o valor que está na proposta é diferente da cabimentação. Penso que a cabimentação inicial terá sido feita sem a redução e que está na proposta são 23.760,00€ + IVA e o que está na cabimentação são 26.400,00€. Penso que é só uma questão de corrigir.

**Sra. Dra. Sílvia Barbeiro** – Efetivamente não foi feita a redução no cabimento e iremos corrigir o mesmo.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – A cabimentação tem de ser igual à proposta, tem de haver essa correção.

**Sr. Vice-Presidente** – Far-se-á a correção do valor, coincidindo o da proposta com o da cabimentação.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada com a alteração à cabimentação, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

**5. Deliberação n.º 37/15 – Proposta n.º 01/2015 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Bela Vista (PIS) – Rua do Antigo Olival, 12 – B32**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 38/15 – Proposta n.º 02/2015 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Brejoeira – Brejos de Azeitão – Rua do Pinhal, 25**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 e 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 39/15 – Proposta n.º 03/2015 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Bela Vista (PIS) – Avenida da Bela Vista, 16 – B31**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

*lex.*  
*cm*

**8. Deliberação n.º 40/15 – Proposta n.º 09/2015 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.º 04/2014/DRH/DIGAT-CM, contra Sérgio Paulo Alves dos Santos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos SIM e 1 voto em BRANCO.

**9. Deliberação n.º 33/15 – Proposta n.º 10/2015 – DCED/DISOC – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

**Sr. Vereador Fernando José** – A bancada do Partido Socialista face à correção do protocolo irá votar favoravelmente.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 41/15 – Proposta n.º 11/2015 – DCED/DIEDU – Ação Social Escolar – Livros e Material Escolar – ano letivo 2014/2015 – 2.ª fase**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 42/15 – Proposta n.º 12/2015 – DCED/DIEDU – Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014-2015**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 a 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 43/15 – Proposta n.º 13/2015 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 44/15 – Proposta n.º 14/2015 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Filarmónica Providência – recuperação de coreto desmontável**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

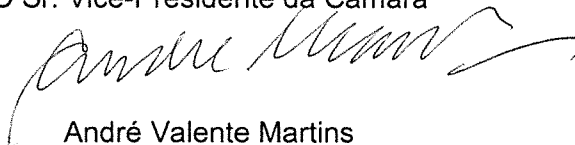
**C) Período Destinado à Intervenção do Público**

**Sr. Augusto Cruz** – Leu um documento do qual fez entrega, ficando o mesmo anexo à presente ata sob registo n.º 31.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Vice-Presidente da Câmara



André Valente Martins

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2015, por maioria, contém 15 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral



Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes

Ata elaborada por:  
Manuel Cordeiro

Conferida por:  
Ana Cristina Claro